

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

THE IMPORTANCE OF MEDIA LITERACY IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA): A LITERATURE REVIEW

Sabrina Alves da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
- IFSULDEMINAS - Campus Passos

sabrinaalves87@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5203-8498>

Diogo Rógora Kawano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
- IFSULDEMINAS - Campus Passos

diogo.kawano@ifsuldeminas.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-0925-9863>



DOI: 10.18406/2359-1269v11n42024410

Resumo

O direito à educação pública de qualidade, estabelecido na Constituição de 1988, deve ser interpretado no contexto atual como o direito a uma educação que incorpore os usos das mídias digitais. Contudo, as estatísticas mostram os desafios enfrentados pelo país na garantia da educação para todos, especialmente para aqueles que não conseguiram concluir seus estudos na idade certa. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar e debater a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto de expansão do acesso à internet e da crescente utilização das mídias digitais. Para isso realizamos uma revisão bibliográfica sobre o uso das mídias digitais pelos alunos da EJA. Para isso, utilizamos o conceito de AMI (Alfabetização Midiática e Informacional) como um recurso para incluir jovens e adultos que cursam a EJA. Como principais resultados, nota-se que apesar de já haver uma utilização das mídias digitais em contextos particulares, ainda há lacunas que explorem o seu uso de modo mais crítico e completo.

Palavras-chave: Mídias digitais; Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização Midiática.

Abstract

The right to quality public education, established in the 1988 Constitution, must be interpreted in the current context as the right to an education that incorporates the uses of digital media. However, statistics show the challenges faced by the country in ensuring education for all, especially for those who failed to complete their studies at the right age. In this sense, this work aims to analyze and discuss the Education of Youth and Adults (EJA) in the context of expansion of internet access and the increasing use of digital media. For this we conducted a literature review on the use of digital media by EJA students. For this, we use the concept of AMI (Media and Information Literacy) as a resource to include young people and adults attending EJA. As main results, it is noted that although there is already a use of digital media in particular contexts, there are still gaps that explore its use in a more critical and complete way.

Keywords: Digital media; Youth and Adult Education; Media Literacy.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), estabelece, no artigo 205, que a educação deve ser um direito de todos e um dever do Estado e da família, deve ser promovida visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, é certo, que nos dias atuais a educação para a utilização das mídias digitais é fundamental para que esse direito se cumpra inteiramente. Além disso, o artigo 208 da Constituição (BRASIL, 1988), garante que a educação básica é obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, e a emenda Constitucional nº 59, de 2009, assegura a educação gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 26 estabelece que toda pessoa tem direito à educação e ela deve “visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 5).

Identificamos poucas pesquisas sobre como os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) utilizam as mídias digitais e como isso afeta a sala de aula. Embora haja estudos sobre o uso de recursos digitais pelos professores e o impacto das mídias sociais na aprendizagem, encontramos apenas três trabalhos específicos sobre esse tema proposto. Essa pesquisa foi realizada em plataformas como o Google Acadêmico, Capes Periódicos, além da base de artigos SciELO, com palavras chaves como *estudantes da EJA e mídias digitais*. A partir dos artigos que apareciam selecionamos aqueles que continham coleta de dados, ou seja, pesquisas feitas diretamente com alunos e alunas da EJA.

A partir dessa lacuna encontrada, este estudo tem como objetivo realizar uma análise dos artigos científicos sobre o tema, com a finalidade de elaborar uma revisão da literatura sobre esse tópico tão urgente e relevante. O critério de escolha dos artigos foi a pertinência e aderência dos trabalhos ao escopo de objetivo desta pesquisa pela leitura dos resumos e palavras-chave como MIL, alfabetização midiática, EJA e mídias digitais. Utilizamos o conceito de AMI (Alfabetização Midiática e Informacional) como um recurso para incluir jovens e adultos que cursam a EJA. Dessa forma, visamos promover um debate mais amplo do assunto, dada sua importância.

Além disso, destacamos a importância de pesquisas que se dediquem à EJA, de modo a garantir que a reflexão conduza não apenas à ação por parte do Estado, mas também forneça recursos aos professores para compreenderem seus alunos, considerando suas trajetórias e complexidades, auxiliando-os na promoção da criticidade e problematização de informações em busca de uma alfabetização para o uso das mídias digitais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 114, estipulou a necessidade de aprovação de um plano plurianual com o objetivo de articular o sistema nacional de educação entre as três esferas de governo (União, estados e municípios). Isso visa superar o analfabetismo, bem como garantir o acesso à educação para todas as faixas etárias, incluindo jovens, adultos e idosos. O artigo 9º da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹ (1996), estabelece que é responsabilidade da União elaborar esse plano em colaboração com estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE)² indica metas e estratégias para superar as desigualdades educacionais. No que diz respeito à educação de jovens, adultos e idosos, o PNE estabelece metas essenciais, tais como o aumento da escolaridade da faixa etária de 18 a 29 anos, a necessidade de promover maior equidade educacional, bem como a universalização da alfabetização e a redução pela metade do analfabetismo funcional (JR; PIERRO; GIROTTO, 2019). Se já conhecíamos as desigualdades digitais no Brasil, durante a pandemia, com a transição do ensino presencial para o chamado ensino remoto de emergência - essas disparidades se tornaram ainda mais evidentes. Segundo o site Ciência Hoje (2021), entre março e julho de 2020, mais de 8 milhões de crianças de 6 a 14 anos não fizeram quaisquer atividades escolares em casa. Com a pandemia a educação no Brasil se tornou ainda mais um privilégio, privando milhares de estudantes de seu direito à educação. Logo, analisar e procurar estratégias para uma educação em que jovens e adultos tenham pleno acesso às mídias digitais e consigam usufruir delas com criticidade e independência se faz urgente na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Assim, a primeira seção abordará a temática sobre o acesso às informações no meio digital, como as informações chegam e são captadas pelos indivíduos. A segunda seção trará as discussões sobre os aspectos da alfabetização midiática e informacional (AMI) e suas implicações. Depois serão tratados os aspectos legais atrelados a EJA. Por fim, são apontados os principais resultados e as considerações finais.

O acesso às informações no meio digital

Para que a sociedade da informação seja uma sociedade inclusiva e participativa, é necessário oferecer a todos os cidadãos as competências para compreender a informação e analisar criticamente. “Mídia-educação é importante porque vivemos num mundo onde as mídias estão onipresentes, sendo preciso considerar sua importância na vida social, particularmente no que diz respeito aos jovens” (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 1081).

Observa-se que a familiaridade dos adolescentes atuais com a tecnologia não os torna automaticamente habilitados para compreender, distinguir e usar de modo eficiente o conhecimento disponível na internet. Os dados indicam que eles são, em grande parte, “incapazes de compreender nuances e ambiguidades em textos online, localizar materiais confiáveis em buscas de internet [...], avaliar

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei 9.394-96): Lei que define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal.

² Plano Nacional de Educação (PNE- Lei 13.005/14): Lei que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

a credibilidade de fontes de informação ou mesmo distinguir fatos de opiniões” (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Parece-nos de extrema relevância defender

a ideia de que não pode haver cidadania sem apropriação crítica e criativa, por todos os cidadãos, das mídias que o progresso técnico coloca à disposição da sociedade; e a prática de integrar estas mídias nos processos educacionais em todos os níveis e modalidades, sem o que a educação que oferecemos às novas gerações continuará sendo incompleta e anacrônica, em total dissonância com as demandas sociais e culturais (BÉVORT e BELLONI, 2009, p. 1082).

Segundo as conclusões que foram apresentadas pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)³, as habilidades de interpretação de texto dos alunos de 15 anos avaliados no Pisa⁴ em 2018 são preocupantes, no Brasil, apenas um terço dos estudantes foi capaz de distinguir fatos de opiniões. As habilidades de navegação foram consideradas altamente eficientes para apenas 15% dos estudantes no Brasil (BBC NEWS BRASIL, 2021).

As consequências disso são profundas para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, uma vez que pessoas que não sejam capazes de compreender textos plenamente estarão, em teoria, menos aptas para ocupar empregos de alta complexidade - e, ao mesmo tempo, serão presas mais fáceis para o ambiente de desinformação que floresce na internet e nas redes sociais (BBC NEWS BRASIL, 2021).

A pandemia da Covid-19 evidenciou a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como recursos essenciais para a comunicação, acesso ao conhecimento, serviços públicos e educação. Essa realidade precisa ser compreendida e explorada para reduzir as desigualdades sociais.

Segundo o TIC Domicílios 2019⁵, 20 milhões de domicílios brasileiros não possuem Internet e foi constatado uma redução da presença de computadores nos domicílios. O estudo também constatou que um a cada quatro brasileiros não usa a Internet e que o celular é o dispositivo mais usado (99%) e ainda 58% acessam a Internet somente pelo celular.

³As conclusões apresentadas pela OCDE tiveram como base o relatório Leitores do Século 21 - Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital (BBC NEWS BRASIL, 2021).

⁴ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) aplicado pela OCDE em 2018.

⁵ Pesquisa realizada em domicílios e tem o objetivo de mapear o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais.

As desigualdades digitais, no geral, refletem, reproduzem ou espelham desigualdades sociais mais amplas:

As desigualdades digitais apresentam forte correlação com critérios de renda e classe social, além da articulação com outros marcadores sociais da diferença, como cor/raça, gênero, idade e território. Embora a internet tenha se disseminado no Brasil no final dos anos 1990 entre as classes média e alta, foi apenas nos anos 2010 que se popularizou, especialmente por meio dos celulares, de custo bem mais baixo que o de computadores, do aumento do uso de redes de conexão 3G/4G [...]. Ainda assim, o Brasil segue marcado por intensas desigualdades digitais (CIÊNCIA HOJE, 2021).

No Brasil, apesar das diversas políticas educacionais, incluindo o Plano Nacional de Educação 2014-2024, que preveem a expansão da conectividade e a incorporação de tecnologias digitais no ensino, estudos apontam significativas disparidades. No levantamento, em 2019, apenas 14% das escolas públicas declararam utilizar alguma plataforma ou ambiente virtual de aprendizagem, número que chegava a 64% nas escolas particulares. Outro dado relevante destacado em 2019 era a baixa formação de professores para tecnologias digitais, revelando que apenas 33% tiveram algum tipo de formação para uso do computador e da internet para atividades escolares (CIÊNCIA HOJE, 2021).

O TIC Educação 2020⁶, realizado durante a pandemia, aponta que apenas 21% das escolas (públicas e privadas) ofereciam atividades remotas antes da pandemia. Além disso, dentre os maiores desafios encontrados para a realização de atividades pedagógicas durante a pandemia aparecem como os mais apontados: dificuldades de pais/responsáveis para apoiar os/as alunos/as (93%) e a falta de dispositivos tecnológicos para acesso (86%) (CIÊNCIA HOJE, 2021).

Apesar do cenário desigual de acesso, o aumento da conectividade tem acontecido nos últimos anos, inclusive para as redes sociais digitais. O grupo de domicílios no Brasil com acesso à internet subiu de 71% para 83%. Na classe C, a proporção de domicílios com internet subiu de 80%, para 91% em 2019. Nas classes D/E, o índice passou de 50% para 64% (G1, 2021).

Segundo o IBGE a internet chega a 8 de cada 10 domicílios brasileiros. Dentre os objetivos do acesso à Internet pesquisados, o envio e recebimento de mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos (não *e-mail*) continua sendo o principal (IBGE, 2021). O uso do celular para acessar a internet cresceu, os aparelhos são o principal meio de acesso à rede no país segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC-2018).

⁶ Pesquisa realizada durante a pandemia sobre a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br).

Assim sendo, destacamos não apenas a dificuldade de acesso às mídias digitais por parte dos estudantes mais pobres do país, mas também a capacidade limitada dos alunos em discernir as informações veiculadas na internet. Isso pode estar associado ao fato de que a maioria dos brasileiros usa a internet pelo celular ou a falta de uma educação voltada para o uso crítico das mídias digitais, assim, podemos constatar uma impactante realidade quanto ao acesso às informações no meio digital.

Aspectos da alfabetização midiática e informacional (AMI) e suas implicações

A Unesco (2016, p. 183) define a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) “como uma combinação de conhecimentos, atitudes, habilidades e práticas exigidas para acessar, analisar, avaliar, usar, produzir e comunicar informações e conhecimentos de formas criativas, legais e éticas, que respeitem os direitos humanos”.

A Lei nº 14.533, de 2023, institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tendo como eixos estruturantes a inclusão digital, a educação digital escolar, a capacitação e especialização digital, e a pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação e comunicação (TICs) (SENADO FEDERAL, 2023). Além dessa lei que deixa claro que o governo entende a importância do tema, uma das dez competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁷ estabelece que é preciso:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 9).

Os programas de alfabetização e educação de pessoas jovens, adultas e idosas, precisam ser sensíveis às questões de segregação socioespacial nas cidades, questões de gênero e étnico raciais. Segundo o IBGE (2023), em 2022, das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. Entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o

⁷ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 7).

dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). Na população de 18 a 24 anos, 36,7% das pessoas brancas estavam estudando, enquanto entre pretos e pardos a taxa foi de 26,2%. Cerca de 18,3% dos jovens de 14 a 29 anos não concluíram o ensino médio, seja por abandono ou por nunca terem frequentado a escola. Entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 16,0%. A pesquisa mostra que quanto mais velho é o grupo populacional, maior é a proporção no número de analfabetos.

Desse modo, é essencial que seja implementada uma educação para a utilização das mídias, mas não apenas, porque devemos incluir os adultos numa concepção de educação ao longo da vida. “As mídias fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes, sua apropriação crítica e criativa, sendo, pois, imprescindível para o exercício da cidadania” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1083). As mídias são importantes e geram novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações.

É indispensável discutir sobre a importância de políticas e estratégias de alfabetização midiática e informacional (AMI) na era digital. Segundo um documento lançado pela Unesco em 2016 sem as políticas AMI, provavelmente, aumentarão as disparidades entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às mídias. “Outras disparidades surgirão entre os que são e os que não são capazes de encontrar, analisar e avaliar de maneira crítica, além de aplicar a informação e o conteúdo midiático na tomada de decisão” (UNESCO, 2016, p. 12). As políticas e estratégias da AMI são essenciais para promover sociedades baseadas no conhecimento, inclusivas, pluralistas, democráticas e abertas.

As políticas e estratégias da AMI devem ser concebidas com base em um conceito que integre e abranja os diferentes tipos de aquisição de competências. “Os cidadãos podem incrementar seu papel e se tornarem produtores, e não apenas consumidores, de conteúdo e conhecimento” (UNESCO, 2016, p. 17). A AMI garante a base para a liberdade de expressão, para o acesso à informação e para a educação de qualidade para todos. Os cidadãos que são alfabetizados em mídia informacional assumem uma postura crítica quanto aos próprios processos de aprendizagem e tomada de decisão de modo geral. Assim, a AMI pode ser uma ferramenta valiosa para permitir o diálogo intercultural, a tolerância e a compreensão cultural.

A alfabetização informacional envolve o ensino e a aprendizagem de diversas fontes e formatos de informação. Ser alfabetizado em informação requer conhecimento sobre como, quando e por que utilizar essas ferramentas, além de reflexão crítica sobre a informação disponível. A alfabetização midiática tem como objetivo modificar a abordagem passiva do cidadão em relação à mídia, promovendo um envolvimento ativo e crítico. As competências em AMI abrangem habilidades de aprendizagem, pensamento crítico e interpretação, transcendendo barreiras profissionais, educacionais e sociais (UNESCO, 2016).

Dado este cenário, é importante considerar, agora, quais são os aspectos legais sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que impactam na discussão do tema.

Aspectos legais atrelados à EJA

Desde sua criação em 1947, a UNESCO promoveu a realização de programas de educação de adultos. Nos anos 1950, estabelecia-se uma correlação entre os elevados índices de analfabetismo nas regiões consideradas “atrasadas” e o grau de desenvolvimento econômico. É nessa conjuntura que nasce a ideia das emissoras rurais, peça fundamental do MEB e das escolas radiofônicas. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961 pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Seu objetivo era desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país (FÁVERO, 2004).

A proposta inicial do MEB retomava, de maneira geral, o conceito tradicional de educação de base, fundamentado pela Igreja Católica como uma necessidade intrínseca à sua missão evangelizadora junto às camadas populares. “Objetivando a educação das massas para as reformas e para que elas próprias as defendessem de ‘ideologias estranhas’, operava a Igreja no sentido de manter a hegemonia do poder dominante, desde que feitas as necessárias reformas” (FÁVERO, 2004, p.5).

Além do MEB, no início dos anos 1960 nasceram os movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil, como por exemplo o MCP - Movimento de Cultura Popular (Recife/PE), Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Natal/RN), CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, e Sistema Paulo Freire. Esses movimentos representaram um avanço significativo em comparação com as campanhas e mobilizações do governo contra o analfabetismo de jovens e adultos (FÁVERO, 2004).

Na década de 1960, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda se caracterizava por iniciativas promovidas pelos movimentos sociais, instituições religiosas e o governo. Contudo, com o golpe militar de 1964, a educação passou a sofrer violentas intervenções, pois ela passou a ser considerada subversiva e propagadora de valores que estavam contra os interesses nacionais. Em resposta às pressões internacionais para investir na Educação de Jovens e Adultos e combater o analfabetismo global, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em 1970. No entanto, em 1987, o Mobral foi encerrado devido a críticas da sociedade em relação aos resultados alcançados. Como alternativa, o governo criou a Fundação Educar, que funcionou até a década de 1990 (SILVA; JUNIOR, 2020, p. 31).

Após a ditadura militar e durante o período de redemocratização do país, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu e incorporou reivindicações dos movimentos sociais em prol da educação pública, gratuita e de qualidade social para todos, independentemente da faixa etária (MINAS GERAIS, 2022).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), permite que alunos acima de quinze anos, que por diversos motivos não concluíram seus estudos, retornem à sala de aula e concluam seus estudos em um tempo menor. Para uma reflexão sobre

a EJA é importante considerar as realidades sociais do nosso país, as desigualdades racial, econômica e de gênero (EDUCA MAIS BRASIL, 2018).

Segundo uma pesquisa do Ipec, 11% das crianças e adolescentes estão fora da escola no Brasil, com idades entre 11 e 19 anos. Isso representa cerca de 2 milhões de pessoas. Nas classes sociais D e E chega a 17%, enquanto o nas classes A e B, o percentual é de 4% (EDUCA MAIS BRASIL, 2022).

Conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), em seu Título III, Artigo 4º, fica garantida a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com modalidades e características adaptadas às suas necessidades e disponibilidades, assegurando condições de acesso e permanência na escola para aqueles que são trabalhadores. No que se refere à Seção 5, intitulada "Da Educação de Jovens e Adultos", no Artigo 37º da mesma lei, fica determinado que a educação de jovens e adultos se destina àqueles que não tiveram a oportunidade de iniciar ou dar continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio durante a idade apropriada (BRASIL, 2017, p.30).

De acordo com Bonin (2016), a pesquisa que procura entender as apropriações midiáticas necessita, também, dar atenção aos contextos comunicacionais constitutivos dos sujeitos, os sujeitos se situam histórica e contextualmente e suas apropriações são matriciadas por essas dimensões. Assim, é de extrema necessidade entender o contexto da EJA. Segundo o Currículo de Referência de Minas Gerais⁸, a garantia da Educação Básica de qualidade ao público jovem e adulto implica o reconhecimento da juventude e da vida adulta como tempos de direito e a responsabilização do Estado em implementar políticas educacionais específicas (MINAS GERAIS, 2022, p.389).

De acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais percebe-se que os estudantes da EJA são constituídos de algumas especificidades que demandam mais atenção aos seus objetivos dessa modalidade de ensino. "Primeiramente, faz-se necessário reconhecer que o estudante da EJA é um sujeito que não frequentou a escola ou não teve acesso às práticas de escolarização no período que seria desejado, no que diz respeito à idade" (MINAS GERAIS, 2022, p. 392). Isso pode ter se dado pela necessidade de ingresso precoce no mundo do trabalho ou até pelas dificuldades de acesso à uma escola, principalmente nas zonas rurais. Ou seja, nem sempre o afastamento da escolarização é uma decisão do educando, mas é originada por fatores externos à sua vontade.

Compreendendo que o processo de emancipação através do diálogo cultural na era digital acontece através de uma educação intersubjetiva e sensível entre educador e educando mediados pelas tecnologias, é necessário que a educação tenha uma visão humanista e crítica para que se possa construir os saberes que conduzam a um mundo mais justo. "A utilização das tecnologias digitais é um caminho para trabalhar e realizar uma leitura interpretativa de mundo, em um exercício de reflexão e ação cidadã, estimulando a criatividade" (PUGENS, 2019, p. 59).

⁸ Documento construído a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e é resultado da revisão dos currículos pré-existent nas redes públicas mineiras.

A relação intermitente dos jovens e adultos com a escola é igualmente moldada por elementos psicossociais, particularmente pelas experiências anteriores adversas de insucesso e discriminação que caracterizam o percurso cheio de desafios que a maioria deles enfrentou antes de desistir dos estudos. O restabelecimento dos vínculos com a aprendizagem depende de um ambiente escolar acolhedor e de professores preparados para estimular a autonomia e a autoconfiança dos estudantes, especialmente dos jovens que são a maioria dos que evadem, são reprovados ou desistem da matrícula. No entanto, a evasão e a reprovação na EJA “devem ser também analisadas, tendo em vista a inadequação da organização da oferta, dos currículos e métodos, a insuficiente formação dos educadores e as condições precárias de ensino e aprendizagem” (JR, PIERRO, GIROTTO, 2019, p. 480).

Características pessoais, como gênero, raça e deficiência, marcam as desigualdades educacionais e, nesses casos, também são indicativas do fracasso escolar. Tem-se, no Brasil, uma cultura do fracasso escolar que naturaliza os fenômenos de reprovação, distorção idade-série e abandono. Como afirmado na pesquisa *Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar* feita pela Unicef (2021): “O direito à educação deve se desdobrar na conquista de outros direitos e, também, novas oportunidades de vivenciar a cultura democrática”, nas iniciativas de combate ao racismo, sexismo, classismo, capacitismo, LGBTfobia e demais discriminações. “Desse modo, a cultura do fracasso escolar se constitui numa ameaça severa para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes em sua vida cotidiana, tanto no presente como na construção de seus futuros” (UNICEF, 2021, p. 10).

Conforme indicado no relatório intitulado “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil”, publicado pela Unicef (2021), a exclusão escolar está intrinsecamente ligada a questões de classe social e raça. O documento ressalta que a maioria das crianças e adolescentes que estão fora da escola em todo o país são de origem preta, parda e indígena, e pertencem principalmente a famílias com uma renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo (61,9%) (UNICEF, 2021, p. 29). Quando se analisam os números absolutos, observa-se que a maioria das pessoas que estão fora da escola são adolescentes de 15 a 17 anos. Os principais motivos relatados, de acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2019, incluem desinteresse em estudar, envolvimento em atividades de trabalho ou busca por emprego e casos de gravidez e afazeres domésticos.

Rever a relação entre educação e mídias digitais de maneira crítica e interativa proporciona a promoção de processos formativos em direção a uma educação mais democrática. A EJA desempenha três funções essenciais: à função reparadora, que busca resgatar direitos anteriormente negados; a função equalizadora, que visa garantir a igualdade de acesso e permanência na escola; e a função qualificada, que se concentra no desenvolvimento de competências intelectuais e habilidades para a participação na sociedade e no mercado de trabalho. Quando combinadas, essas funções criam oportunidades para a construção de caminhos democráticos em prol de um projeto de sociedade mais igualitário (SILVA; JUNIOR, 2020).

Após a análise dos dados sobre o acesso às mídias digitais no Brasil, das leis que garantem uma educação integral aos jovens, adultos e idosos, e de esmiuçar o conceito e as vantagens da alfabetização para o uso das mídias digitais, resta-nos, agora, abordar os trabalhos encontrados sobre o uso das mídias digitais pelos estudantes da EJA e seu impacto na educação, especialmente diante de um mercado de trabalho cada vez mais orientado pela tecnologia.

Revisão bibliográfica: Panorama das pesquisas precedentes

As mídias sociais digitais⁹ (MSD) acentuam a difusão de notícias e proporcionam maior interação entre indivíduos em sociedades conectadas à internet. A comunicação contemporânea experimenta um momento ímpar com a emergência de novas tecnologias da informação e comunicação. Diferentemente das limitações impostas pelo rádio e pela TV, as MSD proporcionam meios de conexão efetivos e representam um avanço inédito em matéria de interatividade e difusão (OLIVEIRA, 2018, p. 230).

Segundo a Agência IBGE Notícias, em 2022 das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. Cerca de 18,3% dos jovens de 14 a 29 anos não concluíram o ensino médio, seja por abandono ou por nunca terem frequentado a escola. Entre as 49 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade no Brasil, 20,0% não estavam ocupadas nem estudando, 15,7% estavam ocupadas e estudando, 25,2% não estavam ocupadas, porém estudavam e 39,1% estavam ocupadas e não estudavam.

Segundo a coordenadora Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy “o analfabetismo segue em trajetória de queda, mas mantém uma característica estrutural: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2023).

As práticas sociais estão ocorrendo por uma rápida reconfiguração devido ao surgimento e à disseminação das tecnologias digitais em rede. Nota-se que uma parcela da população está gerando e compartilhando informações em um ritmo crescente, vivendo em uma era caracterizada por processos comunicacionais dinâmicos e interativos, todos facilitados pela infraestrutura técnica da internet global. Dessa forma, muitos alunos da EJA estão conectados à internet e fazem uso das mídias digitais, contudo, devido a diversas questões como o analfabetismo midiático é possível perceber – através dos trabalhos estudados – que os estudantes não usufruem completamente e de maneira independente

⁹ Mídia é um meio de comunicação em massa. Mídia Digital é uma Plataforma com ênfase na comunicação, englobando diversas formas, como sites, blogs, redes sociais, canais de podcast e mais. As Mídias Sociais, por sua vez, compreendem tipos de plataformas que possibilitam interação e compartilhamento de informações, incluindo blogs, Facebook, Twitter, Instagram, SlideShare, YouTube e outros. Dentro do cenário digital, uma rede social é um tipo específico de mídia social que envolve pessoas com base em interesses em comum, como exemplificado pelo Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Pinterest e similares.

das tecnologias. Como muitos alunos da EJA “não tiveram a oportunidade de se familiarizar com linguagens e ambientes da cultura digital, é indispensável que o professor compreenda e reconheça os limites e os ritmos de cada indivíduo” (SILVA; JUNIOR, 2020, p. 36).

Consideramos que os alunos da EJA devem ser ‘incluídos digitalmente’ de forma que tenham uma atuação autônoma em seus respectivos contextos sociais. ‘Incluir digitalmente’ não significa apenas proporcionar o acesso dessas pessoas aos artefatos culturais digitais, mas construir uma educação em que o indivíduo torne-se capaz de utilizar as redes com destreza, buscando, produzindo e compartilhando informações em prol da aquisição de novos conhecimentos (SILVA; JUNIOR, 2020, p. 37).

Gouveia e Silva (2020) conduziram um trabalho com o objetivo de compreender as representações que os alunos da EJA faziam acerca da presença da tecnologia em seu cotidiano. Para isso, foi aplicado um questionário para trinta e três alunos do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos acerca dos prejuízos e benefícios da tecnologia na sociedade. Através das respostas foi possível que as autoras verificassem que “a representação social de tecnologia dos alunos da EJA é positiva e desfalcada de um olhar crítico” (GOUVEIA; SILVA, 2020, p. 161).

Para oferecer uma educação de qualidade para os estudantes da EJA é preciso uma análise mais rigorosa, uma vez que esse grupo é composto por estudantes “de diferentes idades e necessidades, mas que possuem em comum um passado de dificuldades com relação ao ambiente escolar” (GOUVEIA; SILVA, 2020, p. 162).

De acordo com Gouveia e Silva (2020) mais do que simplesmente utilizar recursos tecnológicos, é crucial educar os alunos sobre a influência que os avanços tecnológicos e a chamada globalização exercem na sociedade, destacando que essa influência não é uniforme para todos. Portanto, a escola deve estar atenta não apenas à implementação e uso das tecnologias dentro do ambiente escolar, mas principalmente à análise crítica do papel dessas tecnologias em diversas esferas da sociedade. Num mundo em constante transformação, a educação deve se concentrar também nas relações que os indivíduos estão estabelecendo com as múltiplas realidades que se revelam (GOUVEIA; SILVA, 2020).

A tecnologia, como um produto da atividade humana, se desenvolve em conformidade com os interesses e demandas de grupos sociais particulares, não necessariamente transferindo o benefício da humanidade como um todo. Isso pode contribuir para a ampliação das desigualdades sociais e para o desequilíbrio ambiental. A facilidade de acesso a uma grande quantidade de informações de forma rápida, possibilitada pelos dispositivos tecnológicos e pela globalização, leva algumas pessoas a perceberem isso como inclusão, mas essa percepção não é universal. Evidencia-se, assim, que o ônus da modernização

está se revelando suficientemente elevado, com a maior parte desse peso recaído sobre os estratos mais desfavorecidos da sociedade, sendo visto como uma consequência de um progresso considerado essencial (GOUVEIA; SILVA, 2020).

Ainda segundo a pesquisa mencionada acima, o grupo de alunos foi composto por dezoito pessoas do sexo feminino e quinze do sexo masculino. A faixa etária dos alunos participantes da pesquisa se estende de dezoito a sessenta e cinco anos. Quanto à ocupação profissional sessenta e nove por cento dos alunos declarou não estarem realizando atividade profissional. Os alunos citaram diferentes benefícios trazidos pelos avanços tecnológicos nas suas vidas, grande parte deles relacionados ao acesso ao conhecimento, maior comunicação e comodidade. No entanto, alguns equívocos apareceram, como a percepção dos alunos da EJA sobre a relação entre quantidade de informações e o conhecimento. É um fato bem estabelecido que nem todo o conteúdo encontrado na Internet é confiável e relevante, e muitas vezes as informações são direcionadas para grupos específicos. Infelizmente, nem todas as pessoas conseguem identificar esses aspectos. Quanto aos prejuízos gerados, vinte alunos, ou seja, sessenta por cento, não apontaram nenhum prejuízo. Os treze alunos que apontaram prejuízos mencionaram problemas nos relacionamentos com a perda de contato pessoal, o cyberbullying e as difamações em geral. “Os dados deste estudo revelam que as representações sociais que os alunos de Ensino Médio da EJA apresentam em torno da tecnologia tem uma dimensão atitudinal positivada, desfalcada de um olhar crítico” (GOUVEIA; SILVA, 2020, p. 174).

Segundo Gouveia e Silva (2020, p. 174), o notável “é o não dito, ou seja, o fato de nenhum aluno citar dentre os prejuízos gerados pelas tecnologias em suas vidas o desemprego, mesmo estando a maioria fora do mercado de trabalho”, assim como também não mencionaram a substituição do trabalhador por máquinas como um impacto das tecnologias na sociedade. Isso sugere que os alunos da EJA “não desenvolveram criticidade suficiente para perceber a relação entre o avanço das tecnologias e a diminuição das vagas de emprego ou a necessidade de uma melhor formação” (GOUVEIA; SILVA, 2020, p.175). A partir desses dados podemos nos questionar sobre quais informações são consumidas por esses indivíduos e de quais fontes.

O desenvolvimento da consciência crítica só é possível por meio da exposição a diversas informações e conhecimentos. A implementação de abordagens educacionais que estimulam a capacidade crítica desses indivíduos em relação à influência das tecnologias no cenário contemporâneo pode servir como um meio para alcançar objetivos educacionais relacionados à inclusão e à cidadania.

A ideia de igualdade gerada pelo termo globalização leva a um discurso único que atinge a todos independente de sua classe social. É um discurso hegemônico que faz o indivíduo esquecer a classe social da qual faz parte e de que essa classe é impactada pelas tecnologias de maneira diferente das outras [...]. A representação positivada dos alunos da EJA com relação às tecnologias e sua tendência tecnófila possivelmente são fruto da não problematização [...] e também do

aluno não possui um sentimento de pertença (GOUVEIA; SILVA, 2020, p.177-178).

Segundo Gouveia (2019, p. 154), quando o estudante não tem sentimento de pertença ele não consegue reconhecer os impactos que atingem a sua classe social, no caso das tecnologias essa concepção ainda está latente nas classes menos favorecidas. É importante destacar que “a consciência de ser um excluído nem sempre leva à mobilização coletiva”. Visto que “há uma diferença entre exploração e exclusão, sendo o processo de exclusão ainda mais perverso, por gerar uma maior aceitação e até mesmo uma culpa no excluído por estar nesta posição” (GOUVEIA, 2019, p. 154). Ainda segundo a autora, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho são principalmente influenciadas por discrepâncias nas trajetórias educacionais e nos perfis individuais, aspectos que moldam a percepção social do mundo do trabalho. Essas representações “parecem ser percebidas pelos alunos da EJA e impactam tanto a sua autoestima quanto a valorização da sua força de trabalho”, fazendo que aceitem condições até mesmo insalubres de trabalho para garantir seu sustento (GOUVEIA, 2019, p. 154).

Pode-se dizer que a democratização da educação e a igualdade de acesso à informação por meio das tecnologias gera uma falsa ideia de que todos possuem as mesmas oportunidades de ascensão social (meritocracia) [...]. O desenvolvimento das potencialidades de um indivíduo depende do tipo de formação e de muitos outros fatores que vão desde a alimentação até aos psicológicos e sociais. A ausência desse entendimento faz com que os indivíduos se culpem e culpem o seu grupo social pelas más condições de vida em que se encontram, atribuindo tudo a falta de força de vontade (GOUVEIA, 2019, p. 155).

Uma pesquisa realizada com alunos do PROEJA¹⁰/FTESM¹¹ no ano de 2021 (FONSECA; ANACLETO; SILVA, 2022), durante a pandemia, identificou que todos os alunos da EJA entrevistados não possuíam computadores ou celular com acesso à internet. Essa pesquisa apresenta uma análise sobre as dificuldades que foram enfrentadas, especialmente por alunos adultos e idosos, que deixaram de frequentar as aulas, em virtude da implementação de atividades remotas, como consequência da pandemia ocasionada pelo Corona vírus. Os resultados indicam que, diante desse cenário, seria ainda mais vital a implementação de políticas públicas que promovessem a inclusão digital das comunidades menos favorecidas, onde se encontram os alunos da EJA. Isso possibilitaria que esses alunos tivessem acesso a recursos educacionais que são criados e compartilhados por meio de ferramentas digitais.

¹⁰ Proeja é a modalidade de EJA voltada à educação profissional.

¹¹ Fundação Técnico-Educacional Souza Marques – FTESM.

Com a pandemia de COVID-19 as desigualdades sociais e de acesso à tecnologia se acentuaram, criando um abismo cada vez mais profundo na área da educação, separando aqueles que puderam dar continuidade ao processo de aprendizagem de outros que não possuíam nem um dispositivo eletrônico com conexão à internet. Além disso, a EJA sofreu a maior retração do financiamento educacional, decaiu de 485,4 para 21,2 milhões de reais entre 2016 e 2019 (FONSECA; ANACLETO; SILVA, 2022).

Nesse processo de rápido desenvolvimento tecnológico, ninguém fica imune, independentemente do seu nível de educação. Compreender o contexto em que vivemos na contemporaneidade e aprimorar a qualidade de vida e da comunicação para todos requer a capacidade de entender como funcionam os mecanismos que nos afetam atualmente, mesmo para aqueles que não têm acesso ou não estão habituados a usar dispositivos digitais em seu dia a dia (BOCASANTA; RAPKIEWICZ, 2023).

Bocasanta e Rapkiewicz (2023, p. 29) apresentam uma pesquisa de práticas pedagógicas ocorridas em uma escola pública federal de Porto Alegre - RS, durante o primeiro semestre de 2019. Esse trabalho teve como participantes um grupo de quatro estudantes com idades entre 37 e 68 anos, sendo uma mulher e três homens. Os alunos da turma tinham diferentes ocupações fora do âmbito escolar. Alguns estudantes já possuíam algum conhecimento no uso de artefatos digitais como computadores e smartphones. No entanto, tais conhecimentos eram restritos ao uso de redes sociais, câmera fotográfica e aplicativos de troca de mensagens.

Segundo Bocasanta e Rapkiewicz (2023, p. 22), “o trabalho pedagógico e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é ato de deslocamento, de descentramento, de saída do centro para as margens”. Ainda de acordo com os autores, registrar, compor e mirar de forma crítica as práticas pedagógicas e a atuação dos professores é um ato que carrega consigo a esperança, “o esperar de Paulo Freire (1992), que implica em *‘não desistir, em levar adiante, em juntar-se com outros para fazer de outro modo’*” (BOCASANTA; RAPKIEWICZ, 2023, p. 22).

Tabela 1- Principais resultados

Autor	Título	Ano	Principais resultados
Gouveia; Silva.	As representações sociais dos alunos da EJA acerca da presença da tecnologia em seu cotidiano.	2022	A representação social de tecnologia dos alunos da EJA é positiva e desfalcada de um olhar crítico.

Fonseca; Anacleto.	Educação de jovens e adultos, direitos humanos e inclusão digital: conexões e reflexões em tempos de pandemia.	2022	Os alunos da EJA entrevistados não possuíam computadores ou celular com acesso à internet. Com a pandemia de COVID-19 as desigualdades sociais e de acesso à tecnologia se acentuaram.
Bocasanta; Rapkiewicz.	EJA e letramento digital: uma experiência	2023	Alguns estudantes já possuíam algum conhecimento no uso de artefatos digitais como computadores e smartphones. No entanto, tais conhecimentos eram restritos ao uso de redes sociais, câmera fotográfica e aplicativos de troca de mensagens.

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi analisar e debater a EJA no contexto da expansão do acesso à internet e também demonstrar a importância da alfabetização midiática nessa etapa educacional. Em termos metodológicos, procuramos em sites de pesquisa acadêmica por trabalhos que tivessem como tema a utilização das mídias digitais pelos alunos da EJA. No entanto, lamentavelmente, identificamos escassez de trabalhos disponíveis nesta temática, o que ressalta a urgência da produção de pesquisas científicas que possam orientar os professores e destacar a importância da alfabetização midiática para os estudantes da EJA. Do mesmo modo, é imperativo que haja um investimento na capacitação dos educadores para enfrentar esse desafio.

Desde a Constituição de 1988, é garantido o direito à educação para toda a população, incluindo aqueles que não tiveram acesso à escola na idade adequada. No entanto, mesmo após mais de 30 anos, as estatísticas mostram os desafios enfrentados pelo país na garantia da educação para todos, especialmente para aqueles que tiveram seus direitos violados na infância ou adolescência. Além disso, a pandemia da covid-19 agravou as desigualdades e dificultou ainda mais a situação.

A falta de uma educação para a utilização das mídias digitais leva a uma sociedade em que muitos indivíduos estão pouco aptos para o novo universo do trabalho que envolve a utilização de tecnologias. A pesquisa demonstrou que é alto o número de analfabetos no Brasil, principalmente entre os idosos, além disso a evasão escolar se coloca como um problema grave e complexo de combater. Nos trabalhos analisados ficou demonstrado que os alunos da EJA utilizam as mídias digitais, mas devido a contextos socioeconômicos que envolvem um acesso muitas vezes limitado às tecnologias, foi possível compreender que esses alunos não usufruem completamente e de maneira crítica das tecnologias. Durante a pandemia, muitos alunos da EJA não

conseguiram manter os estudos de forma remota porque não tinham acesso a uma internet de qualidade. Para muitos estudantes as mídias digitais se resumem a algumas redes sociais e a aplicativos de troca de mensagens, não explorando todas as possibilidades oferecidas.

Como registrado no Painel das Desigualdades disponibilizado pelo Cenpec (2021), um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Stanford mostrou que grande parte da diferença entre as taxas de crescimento econômico de longo prazo dos países pode ser explicada por diferenças na qualidade da educação oferecida à sua população, e que não há prosperidade duradoura de uma sociedade sem a oferta de uma educação de qualidade. No entanto, na realidade brasileira, constata-se que ainda há muitos e complexos desafios para que a escola garanta que os estudantes possam aprender, se desenvolver para fazer frente ao seu projeto de vida e contribuir com a sociedade de forma responsável e solidária. Isso quer dizer que nem toda criança, adolescente, jovem ou adulto tem as mesmas oportunidades de acessar a escola, permanecer nela para aprender e se desenvolver como assegurado constitucionalmente. As desigualdades educacionais, assim como as demais, também têm marcadores socioeconômicos, de cor/raça, de gênero e de território.

No cenário tecnológico do mundo do trabalho, a prioridade reside na formação de indivíduos competentes para lidar com as tecnologias, estimulando uma renovação constante e o desenvolvimento de novas aptidões que possam permitir adaptações no mercado de empregos em evolução. No entanto, o Brasil tem um percentual elevado de analfabetos, pessoas com pouco acesso à cultura, lazer e educação o que acaba prejudicando a formação de pessoas aptas para o novo cenário tecnológico que se desenha.

Este foi um estudo de revisão bibliográfica, sem coleta de dados primários (em campo). Por essa razão, sugerimos estudos subsequentes: estudos de campo que se proponham a analisar como os alunos da EJA utilizam as tecnologias e como compreendem seu papel; investigações sobre a forma como os alunos da EJA interpretam as informações proveniente das mídias, incluindo a capacidade de distinguir fatos de opiniões e verificar a veracidade das notícias.

Por fim, os alunos da EJA precisam ser incluídos digitalmente, de forma que tenham uma formação autônoma e que acessem não só a rede e os dispositivos, mas também estejam preparados/educados para utilizar com destreza as tecnologias. Para isso a Alfabetização Midiática é imprescindível e deve ser difundida em cursos de capacitação para professores, para que eles possam colaborar na preparação dos alunos para esse mundo em constante transformação e desenvolver cidadãos críticos e aptos para o mercado de trabalho.

Referências

BÉVORT, Evelyne e BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 27/09/2022.

BOCASANTA, Daiane Martins; RAPKIEWICZ, Cleli Elena. EJA e letramento digital: uma experiência. BOCASANTA, Daiane Martins; SILVA, Mayara Costa da (Orgs.). **Práticas pedagógicas, inclusão escolar e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Peripécia, 2023. pp. 27-41 Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/_files/ugd/6f8845_1da84e5091384baca3abb52dc0b81f93.pdf>. Acesso em 20/09/2023.

BONETE, Wilian Junior. Alunos da EJA falam sobre a história ensinada: relações entre história e vida prática. **Revista história, histórias**, volume 5, número 9, jan.jul. 2017. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10989/9673>>. Acesso em 20/09/2023.

BONIN, Jiani. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo (ORG.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 213-234.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12/09/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf>. Acesso em 19/10/2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em 12/09/2023.

Celular é o principal meio de acesso à internet no país. **Agência Brasil**. 2020. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/celular-e-o-principal-meio-de-acesso-internet-no-pais>>. Acesso em 20/09/2022.

Desigualdades digitais e educação. **Ciência hoje**. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/desigualdades-digitais-e-educacao/>>. Acesso em 25/09/2023.

Desigualdades Educacionais. **CENPEC**. 2021. Disponível em: <https://desigualdadeseducacionais.cenpec.org.br/desigualdades-educacionais.php?campaign=20084560521&content={ads}&keyword=dados%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o&gclid=Cj0KCQjwmlCoBhDxARIsABXkXllkJ9gyVOMVI ZuYgaep48pl7hKB5DxljDfDwwkNULiVeDNgZHyywYYaAnt0EALw_wcB>. Acesso em 12/09/2023.

Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **Agência IBGE notícias**. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no->>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Nova York: ONU, 2017. Disponível em <<file:///C:/Users/Particular/Downloads/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos%20-%201948.pdf>>. Acesso em 20/09/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil** (Nações Unidas BRASIL). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>>. Acesso: 04/09/2023.

Pesquisa do Ipec aponta que 11% das crianças brasileiras estão fora da escola, 2022. **Educa mais Brasil**. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/pesquisa-do-ipecc-aponta-que-11-das-criancas-brasileiras-estao-fora-da-escola>>. Acesso em 25/09/2023.

PUGENS, Natália de Borba; HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine Conte e MILBRADT, Carla. A pedagogia dialógica em Paulo Freire: dispersões na era digital. *In.*: BIEGING, Patricia e BUSARELLO, Raul Inácio (ORG.). **Mídia e educação: abordagens e práticas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p. 52-73.

SENADO FEDERAL. **Atividade Legislativa. Lei nº 14.533 de 11/01/2023**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/36763658>>. Acesso em 18/10/2023.

SILVA, Marcio Pereira da; SANTOS, Nivaldo dos. **A influência das redes sociais na campanha eleitoral**. Faculdade Alfredo Nasser: 7º Pesquisar, 2020. Disponível em: <<https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/02/A-INFLU%C3%8ANCIA-DAS-REDES-SOCIAIS.pdf>>. Acesso em 20/09/2023.

SILVA, Renata Borges Leal da; JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto. Inclusão digital na educação de jovens e adultos (EJA): pensando a formação de pessoas da terceira idade. **Redoc**, Rio de Janeiro, v. 4, nº 1, p. 24-40, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341146146_INCLUSAO_DIGITAL_NA_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_ADULTOS_EJA_PENSANDO_A_FORMACAO_DE_PESSOAS_DA_TERCEIRA_IDADE>. Acesso em 20/09/2023.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. **IBGE**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Local: Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em 12/09/2023.

SOUZA, Rosali Fernandez de e DUARTE, Rodrigo Aldeia. Sobre fake news e fake History. **Revista Mídia e Cotidiano**. Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021.

TIC DOMICÍLIOS 2019- principais resultados, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em 20/09/2023.

Tudo sobre EJA: o que é e como funciona? **Educa mais Brasil**. 2018. Disponível em <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/tudo-sobre-eja-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em 09/10/2023.

UNESCO. **Alfabetização Midiática e Informacional**. Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias. Publicado em 2016 pela Organização das Nações Unidas para

a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421>>. Acesso em 04/09/2023.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil.** Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>>. Acesso em 12/09/2023.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar:** Reprovação, abandono e distorção idade-série. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>>. Acesso em 12/09/2023.

Uso da internet no Brasil cresce, e chega a 81% da população, diz pesquisa. **G1.** 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/08/18/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-chega-a-81percent-da-populacao-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em 20/09/2022.

Uso de internet, televisão e celular no Brasil, 2021. **IBGE.** Disponível em <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso em 20/09/2022. Acesso em: 15 set. 2022.